

O Integralismo: um conservadorismo moderno

The Integralism: a modern conservatism

Carlos Renato Dias do Lago*

Resumo

O presente artigo aborda a participação da Ação Integralista Brasileira no cenário político da década de 30. Suas origens e influências são analisadas, destacando a relação de um pensamento conservador inserido no Integralismo, com a modernidade de movimentos e ideologias de sua época.

Palavras-Chave: República; Pensamento conservador; Ideologia.

Como citar esse artigo. Lago CRD. O Integralismo: um conservadorismo moderno. Revista Mosaico. 2016 Jan./Jun.; 07 (1): 25-31.

Abstract

This article discusses the participation of Brazilian Integralism the political scene of the 30' decade. Its origins and influences are analyzed, highlighting the relationship of conservative thought inserted into Integralism with modernity movement of its time.

Keywords: Republic; Conservative thought; Ideology.

Para podermos compreender o pensamento integralista, se faz necessário inicialmente uma discussão sobre a linha ideológica que esta corrente buscou se apoiar. Dos três modelos de ideologias políticas de maior influência na Europa, nos séculos XIX e XX, o liberalismo, o socialismo e o conservadorismo, foi este último, o que mais influenciou o pensamento integralista.

Ao estudarmos o conservadorismo, comparando-o com outros modelos ideológicos apontados, percebemos que existem diferenças e particularidades determinantes entre eles.

“As ideologias, como as teologias, têm a sua dogmática: conjunto de crença e valores mais ou menos coerentes e persistentes, que têm influência determinante pelo menos sobre as vidas dos seus partidários. Em última análise, ambas dizem respeito ao lugar próprio do indivíduo sob um sistema de autoridade, divina ou secular. Em conformidade com uma tradição que recua até o Renascimento no pensamento político, as três ideologias modernas, socialismo, liberalismo e conservadorismo, são vulgarmente tratadas em termos do indivíduo e do Estado; isto é, a relação legítima e desejada entre o indivíduo e o Estado. Mas uma perspectiva mais útil se acrescenta à relação indivíduo-Estado; um terceiro fator, a estrutura de grupos e associações intermédias em relação às duas entidades dos extremos.” (NISBET, 1987, p. 45).

Para uma melhor compreensão deste ponto destacado por Nisbet, acompanharemos seu raciocínio, quando aponta as perspectivas do conservadorismo, do socialismo e do liberalismo, em suas origens no século

XIX, diante das relações entre o indivíduo, o Estado e os grupos, defendendo que os

“Movimentos reformistas do século, como pluralismo, sindicalismo, socialismo associativo e cooperativas tornaram os direitos de grupos essenciais a uma reforma social mais alargada. E o mesmo fez a filosofia do conservadorismo, na sua maior parte. Mais do que o liberalismo e o socialismo, tomou a peito os direitos da Igreja, das classes sociais, da família e da propriedade, por um lado contra as reivindicações da teoria dos direitos naturais e do recente utilitarismo, e por outro contra o crescente Estado Nacional democrático. Em todas as áreas específicas da crença conservadora, a premissa constante é o direito – vindo do desenvolvimento histórico e social – à sobrevivência de toda a estrutura intermédia da nação contra as marés do individualismo e do nacionalismo. O socialismo, pelo menos nas suas características principais eventualmente marxistas, é, das três ideologias, a que menos se preocupa com os direitos tradicionais dos grupos intermédios. A posição socialista quanto à propriedade inclinava-se para enquadrar os seus pontos de vista na família e na comunidade local, e acima de tudo, na classe social (...). O liberalismo está a meio caminho (...). Havia em certas áreas do pensamento liberal alguma indulgência para com agrupamentos, especialmente associações voluntárias, que contribuíram para um pluralismo liberal. Mas no essencial, mantinham a simpatia dominante do liberalismo pelo indivíduo e seus direitos, contra o Estado e os grupos sociais.” (NISBET, 1987, p. 46-47).

Fica evidente a diferenciação destas três linhas ideológicas, pois enquanto o socialismo tem por prioridade a classe social sobre o indivíduo e o próprio Estado, o liberalismo dá destaque ao indivíduo,

Afiliação do autor: Mestre em História Social pela Universidade Severino Sombra, Vassouras-RJ, Brasil. Professor do Departamento de História do Centro Universitário Geraldo Di Biase, Volta Redonda-RJ, Brasil. Professor do Departamento de Economia da AEDB em Resende-RJ, Brasil. Coordenador e Professor de Pós-Graduação do Centro Universitário Geraldo Di Biase, Volta Redonda-RJ, Brasil.

* Endereço para correspondência: Centro Universitário Geraldo Di Biase, Rua Deputado Geraldo Di Biase, 81 - Atterrado, Volta Redonda - RJ, 26260-050. E-mail: carlosrenatodiasdolago@gmail.com

Recebido em: 02/06/16. Aceito em: 10/06/16

valorizando seus direitos sobre os grupos sociais e o Estado, o conservadorismo ao contrário destes dois, têm sua prioridade focada nas associações, nos grupos religiosos ou familiares, em que seu direito se dá, por razões de ordem histórica e de desenvolvimento social. O conservadorismo entende que este direito é consequência natural das conquistas históricas dos grupos, sendo a propriedade, a materialização dos resultados obtidos, e pela natureza de sua origem, sua legitimidade se torna inquestionável.

Essa percepção da natureza da propriedade privada se confunde com a própria origem do pensamento capitalista ainda nos séculos XVII e XVIII, que passa a associar as questões do desenvolvimento científico de sua época com as de ordem econômica e social,

“A essa concepção da sociedade civil corresponderia uma nova noção de propriedade privada, que se definia como um direito absoluto e exclusivo sobre as coisas e não como uma participação nos resultados de sua produção, e que se contrapunha tanto à ideia de propriedade compartilhada do feudalismo, como às aspirações comunitárias dos radicais. Em estreita associação com estas mudanças estão as experimentadas nas atitudes religiosas e no pensamento científico. Se o universo de Newton refletia a imagem de uma comunidade humana hierarquizada, regida pelo interesse individual dos homens, as propostas religiosas dos latifundiários – nome com o qual se designava os antigos puritanos que se haviam acomodado à igreja restaurada – contribuíram para fundir ciência, religião natural e concepção da sociedade, até tornar a economia de mercado como algo natural, que traduzia na esfera humana o funcionamento das leis do cosmos.” (FONTANA, 1998, p. 101-102).

Outro aspecto do pensamento conservador que merece destaque é a importância que o princípio da autoridade assume nesta corrente ideológica. O texto abaixo de Robert Nisbet, cita a visão de Edmund Burke, um dos principais ideólogos do conservadorismo inglês do século XIX, que demonstra o papel do princípio da autoridade na ideologia conservadora, onde

“A autoridade é, juntamente com a propriedade, um dos dois principais conceitos da filosofia conservadora. Não quer isto dizer que ponhamos de parte a liberdade como valor conservador; afinal a preocupação de Burke, repetida nos seus discursos sobre os colonos americanos ou sobre os povos da Índia e da Irlanda, era a liberdade dos seres humanos de viver com os seus próprios costumes e tradições (...). Mas é ainda necessário atentarmos na prioridade de ordem e de autoridade no tratamento que Burke deu à liberdade. [A única liberdade a que me refiro], declarava nas suas *Reflections*, [é uma liberdade ligada à ordem; que só coexiste com a ordem e a virtude mas também não pode existir sem elas]. E continua: [O primeiro requisito de uma sociedade é que existam meios para reprimir as paixões dos homens]...O problema da liberdade, insistia Burke, é inseparável de um triângulo de autoridade que envolva o indivíduo e o Estado mas também os grupos intermediários em relação a estas duas entidades.” (NISBET, 1987, p. 65-66).

O último aspecto que destacamos do pensamento

conservador é a importância que a religião assume no contexto de sua ideologia, na percepção da Igreja como a mantenedora dos valores, ritos e moral, a serem seguidos pela sociedade,

“Entre as principais ideologias políticas, o conservadorismo é a única que atribui grande importância à Igreja e à moralidade judaica cristã. Todos os primeiros conservadores e ninguém mais profundamente do que Burke, ficaram horrorizados com os golpes desferidos pelos Jacobinos à igreja em França. Referências a isto, e correlativamente, ao papel vital da religião na sociedade, ocupam mais páginas em *Reflections* do que qualquer outro assunto, com a possível exceção da propriedade. Assim, também a inserção da Igreja no Estado importou grandemente. Para Burke, a religião estabelecida era, evidentemente, a fé anglicana, embora sua mãe tivesse sido católica romana convicta e ele próprio tivesse estado muito atento à situação dos católicos romanos na Grã-Bretanha.... Porém, indiferentes à denominação, todos os conservadores, incluindo Haller, Hegel e Coleridge, fizeram da religião uma autêntica pedra angular do Estado e da sociedade.” (NISBET, 1987, p. 115-116).

O pensamento conservador conforme destacamos, dá grande importância a temas como o papel preponderante das associações sobre o indivíduo, o valor da propriedade privada, o princípio da autoridade como mantenedor da ordem, e finalmente ao da religião como elemento portador dos valores a serem seguidos pela sociedade. Tais elementos se encontram com bastante evidência dentro do integralismo, em seu discurso, sua organização, seus ritos e imaginário, assim como na composição de sua militância.

Embora o integralismo tenha sofrido influências de movimentos como o modernismo e o tenentismo, ou correntes ideológicas-filosóficas, como o autoritarismo, o fascismo e o pensamento renovador cristão; não podemos deixar de enfatizar que o pensamento integralista teve a linha mestra de seu discurso sintonizada com o conservadorismo.

Para melhor compreensão desta sintonia entre o integralismo e o conservadorismo, analisamos a seguir o discurso integralista a partir de dois de seus principais representantes, Plínio Salgado e Miguel Reale, respectivamente fundador e diretor nacional da doutrina da Ação Integralista Brasileira, que pela importância de seus papéis no movimento, refletem a essência do pensamento integralista.¹

Plínio Salgado em seu Manifesto Integralista de outubro de 1932 (CARONE, 1973), explicita as bases e as diretrizes de seu movimento, que dará origem a Ação Integralista Brasileira, e neste manifesto se dirige “à nação brasileira, ao operariado do país e aos sindicatos de classe, aos homens de cultura e pensamento, à mocidade das escolas e das trincheiras, e às classes armadas”.

No parágrafo primeiro, *concepção do universo e do homem*, destaca os valores e virtudes a serem seguidos pelo homem, ou sejam, “o trabalho, o sacrifício

em favor da família, da pátria e da sociedade, o estudo, a inteligência e a honestidade”, destacando ainda que os homens e as classes devem viver em “harmonia”. Esta preocupação com a união e a harmonia se refletem ainda no parágrafo segundo, *como entendemos a nação brasileira*, em que Salgado prega a importância do Brasil se manter “indivisível e forte”, a fim de evitar “classes lutando contra classes”.

O princípio da autoridade é o destaque do parágrafo terceiro, em que a ordem, a hierarquia e a disciplina, são quesitos enfatizados para que “a nação possa progredir em paz”, sendo ainda este princípio da autoridade o elemento “capaz de evitar que os ricos, os poderosos, os estrangeiros, os grupos políticos exerçam influência nas decisões do governo, prejudicando os interesses fundamentais da nação”. No parágrafo quarto, *o nosso nacionalismo*, Salgado demonstra suas preocupações com as influências do estrangeirismo na cultura brasileira, devendo o nacionalismo ser encarado a partir das nossas próprias necessidades e “das aspirações da pátria e do valor do povo”.

No parágrafo quinto, *nós, os partidos e o governo*, manifesta-se o repúdio pelo regionalismo dos partidos, enfatizando a necessidade do surgimento de “um governo que garanta a unidade de todas as províncias, a harmonia de todas as classes”. Esta proposta de unidade fica evidente também no parágrafo sexto, *o que pensamos das conspirações e da politicagem de grupos e facções*, em que Salgado realça sua opção por “um Brasil unido, pela abolição dos estados dentro do Estado”, reforçando também sua posição contrária “aos grupos imperialistas e influência do comunismo russo”, atribuindo para seu movimento também o predicado de ser “a revolução em marcha, mas a revolução com ideias”.

A questão social como a considera a ação integralista brasileira, tema do parágrafo sétimo, destaca que a cooperação de todos é a condição necessária para a solução da questão social, alertando contudo que “o direito de propriedade é fundamental para nós, considerado no seu caráter natural e pessoal”, demonstrando o profundo valor que a questão da propriedade tem dentro do ideário integralista. O parágrafo oitavo, *a família e a nação*, enfatiza a importância da família, como elemento que cria as virtudes que consolidam o Estado, denunciando “a burocracia comunista” como contrária a tais princípios e valores.

O parágrafo nono tem como tema, *o município, centro das famílias, célula da nação*, demonstra que o pensamento integralista entende que “o município é uma reunião de famílias, e que deve ser autônomo em tudo o que respeita a seus interesses peculiares, visto seus moradores aspirarem ao bem-estar e o progresso locais”.² E por fim o décimo parágrafo, *o estado integralista*, Salgado procura traçar o modelo do estado que busca criar, “livre de todo e qualquer princípio de

divisão”, sem lutas de classes e antagonismos entre governo e intelectuais e o povo, “fazendo funcionar os poderes clássicos, segundo os impositivos da nação organizada”.

Outra obra política de Plínio Salgado de grande importância para a compreensão e análise do discurso integralista, é *Psicologia da Revolução*, (SALGADO, 1933) em que ainda em suas primeiras páginas existe um alerta “aos que estudam o caso brasileiro”, reforçando não se tratar de um livro para o povo, mas para os que pretendem influir nos destinos do povo.

Na sua parte primeira, há um destaque para a questão revolucionária, sua permanência, seus processos, suas características e a conseqüente transformação do Estado.

Inicialmente, Salgado traça uma análise da questão revolucionária, entendendo-a como uma necessidade permanente, dos povos e da natureza, e que o próprio progresso da humanidade “obedece ao ritmo das revoluções” (SALGADO, 1933), estabelecendo uma ótica cientificista e abordagem dialética, para o estudo dos princípios “do fenômeno revolucionário”:

“1º) O desenvolvimento das expressões objetivas da Sociedade se processa segundo o ritmo determinista da Ideia-Matéria (fato histórico);

2º) O desenvolvimento das expressões subjetivas se processa segundo o ritmo arbitrário da Ideia-Força (concepção filosófica);

3º) A Ideia Força pode interferir no fato histórico;

4º) A Ideia Força não pode contrariar a índole substancial do fato histórico; em conclusão:

5º) A realização objetiva da Ideia-Força está na razão direta da oportunidade histórica, assim como da interpretação predominante do sentido social de um momento dado.” (SALGADO, 1933, p. 9).

Salgado trata nesta parte também das características dos movimentos revolucionários, classificando-as segundo o tempo e espaço, ou seja, por suas características históricas e geográficas. Nesta análise existe também a preocupação com o processo do movimento revolucionário, onde

“Nas relações humanas entre povos e governos, entre o indivíduo e a sociedade, entre grupos da mesma sociedade, considerados sob diferentes aspectos, as forças contrárias precisam equilibrar-se para a manutenção das condições de estabilidade. Sempre que uma força venha a hipertrofiar-se em detrimento de uma oposta, rompe-se necessariamente o equilíbrio. Entre o instante do deslocamento e o da nova posição estável, medeia o período que costumamos chamar de revolução. A Revolução é, pois, o trânsito de uma posição de equilíbrio para uma nova condição de equilíbrio. E uma vez que o equilíbrio anterior vinha sendo mantido pela conjugação de forças em determinadas circunstâncias, cumpre, na apreciação das revoluções, ter em vista e em especial atenção esse concurso de circunstâncias, que podem no transcurso de um antigo para um novo equilíbrio, revelar situações absolutamente novas. Esse concurso de circunstâncias é de uma importância capital, pois é em razão

dele que se revelam ao gênio político as causas mais remotas e profundas do estado pré-revolucionário.” (SALGADO, 1933, p. 15).

Este trecho reforça a ideia de que os atores envolvidos com o integralismo acreditavam na possibilidade concreta de transformações profundas na sociedade brasileira, naquele início dos anos 30 repleto de fatos concretos que apontavam para este cenário.³ Além disso, enfatiza a ideia da participação, do envolvimento dos personagens com o processo revolucionário, devendo atentar para os sinais que apontem as condições ideais e o momento certo para sua intervenção nos fatos.

Na segunda parte desta obra, Salgado comenta inicialmente sobre o *espírito do século XIX*, que descreve o novecentos como o século “que inverteu os valores”, alertando que forças econômicas desencadeadas pela Revolução Francesa, acabaram por negar os direitos do homem:

“O princípio da Autoridade tinha antes uma essência divina, constituindo a unidade à qual se subordinava a pluralidade das parcelas. A da autoridade opunha-se aos fatos sociais. No século XIX, são os fatos que dominam a da autoridade. A expansão econômica exige a expansão do indivíduo e esta encontra a sua atmosfera, o seu meio, na desorientação do pensamento, que perde todo o controle das forças materiais da sociedade, subordinando-se ao determinismo da história. O sufrágio universal consagra a pluralidade das concepções do mundo e a autoridade procede da heterogeneidade das fontes da vontade popular carregadas pelo pragmatismo das aspirações políticas orientadas subterraneamente pelos interesses do progresso e das forças econômicas. A Revolução Francesa, portanto, que lançou o grande cartel dos direitos do Homem, viu-se negada na prática, pelas forças econômicas, que ela mesmo desencadeou.” (SALGADO, 1933, p. 87-88).

Em seguida comenta sobre o perfil moral e político da América, e a formação liberal e romântica do Brasil, em que são descritas as influências políticas na América Latina, assim como a influência do romantismo e do liberalismo na sociedade brasileira, enfatizando porém, que tais correntes de pensamento não estavam em sintonia com a mentalidade do povo brasileiro:

“O liberalismo brasileiro, do mesmo modo como o romantismo brasileiro, foi um fenômeno que dominou as classes cultas e não representa em absoluto a índole e a realidade da psicologia e das condições de vida das populações nacionais.” (SALGADO, 1933, p. 113-114).

É neste capítulo de sua obra que Plínio Salgado aponta para o modelo que julga como o brasileiro típico e legítimo, o caboclo, o habitante das localidades interioranas, e que segundo o autor, até então pouca participação teve nos assuntos relacionados à política brasileira:

“No Brasil, o elemento caboclo não teve nenhuma influência na formação do Império, como não deveria ter nenhuma predominância na formação da República. E entretanto, que era o Brasil? Acaso eram essas diminutas elites cultas? Acaso eram essas populações mescladas de estrangeiros e de negros recém-chegados da Costa da África, que enxameavam as ruas estreitas das cidades do litoral? Não; o Brasil eram as populações interiores. Eram esses numerosos núcleos de agricultores e de pastores, de pequenos comerciantes, de tropeiros que se ligavam por estradas penosas, fazendo circular as primeiras produções, e, com elas as lendas, canções, costumes, o linguajar da terra, as superstições, todo esse conjunto de elementos, esse acervo acumulado durante o longo período colonial, e que constituía a verdadeira nacionalidade brasileira.” (SALGADO, 1933, p. 121).

Na terceira parte de sua obra política, Salgado em, a urgente revolução, comenta mais uma vez seu método de crítica exposto na primeira parte, “a consideração de dois mundos co-existentes, autônomos, porém interdependentes: o mundo-ideia e o mundo-fato”. O primeiro vinculado aos idealistas e o segundo aos evolucionistas, aos materialistas históricos e aos deterministas. Plínio Salgado conclui a Psicologia da revolução, com uma exposição enfática de seus argumentos para a necessidade de uma revolução no contexto da sociedade brasileira, uma revolução integralista:

“Precisamos realizar a nossa Revolução. Juntar todos os elementos esparsos do imenso laboratório que foi o século passado. Mobilizar as forças intelectuais e morais da Nacionalidade. E dar unidade ao Pensamento. Só então poderemos impor unidade moral, unidade econômica e unidade política, a esta triste sociedade do nosso país, que sofre os mesmos males das sociedades de todos os países fatigados de ciência. Esse papel incumbe às elites intelectuais. Temos de restaurar o prestígio da Inteligência e o primado do Espírito. Sem realizar essa revolução, nada conseguiremos, pois iremos cair na desagregação, na indisciplina e em maiores inquietações. O Brasil continua a sofrer a crise, que é ainda a mesma do século passado: o choque de duas mentalidades, de duas nações, de duas revoluções, co-existentes, permanentes. A ordem – equilíbrio de forças, harmonia de movimentos – nós só a conseguiremos pondo ordem, antes de tudo no pensamento nacional. Segundo um conceito de finalidade e tendo em vista a realidade dos movimentos sociais, criar o Estado finalista, de plasticidade revolucionária, totalizador de movimentos sociais. Traçar um rumo político nitidamente definido. Em vez de reformar, transformar. Essa é a Revolução Integralista”. (SALGADO, 1933, p. 171-172)

Outro ideólogo de grande importância dentro do Integralismo, Miguel Reale exerceu o cargo de diretor nacional da doutrina integralista, sendo ainda um dos responsáveis da supervisão e censura dos artigos, livros, textos e discursos integralistas, a fim de que os princípios do movimento não se desvirtuassem. (ABREU, 2001).

É através de Reale que outra linha ideológica vai exercer alguma influência no discurso integralista, conforme o próprio autor aponta na introdução da edição de 1983, de suas obras políticas:

“Estavam, na realidade, em voga, na época, não só a tese do fortalecimento dos poderes do Estado como o ideário do corporativismo, sobre o qual o economista romeno, MIHAIL MANOILESCO, escreveu obra de grande repercussão, *Lê Siècle du Corporatisme, Doctrine du Corporatisme Integral et Pur*, publicada em 1934, visando a superar a solução fascista através de estruturas corporativas livremente construídas. Esse modelo de corporativismo democrático, coincide, em pontos essenciais, com o meu O Estado Moderno, do mesmo ano. Seria, depois, um dos textos seguidos pelo Integralismo brasileiro, que diga-se de passagem, nada tem a ver com o Integralismo português, de fundo tradicionalista e monárquico.” (REALE, 1983, p. 168).

A primeira obra política de Miguel Reale a ser analisada é O Estado moderno, que tem como subtítulo Liberalismo – Fascismo – Integralismo, que já em seu prefácio, fica manifesta a intenção do autor em participar ativamente do debate político em curso na sociedade brasileira, “este livro exprime a vontade firme de teorizar a vida e de viver a teoria na unidade indissolúvel do pensamento e da ação.” (REALE, 1983).

O Estado moderno se divide em quatro ensaios, o primeiro deles, duas épocas, faz a crítica do naturalismo liberal, do naturalismo socialista, da política e da moral, discutindo ainda o conceito de política, questionando

“Como conciliar então os dois mundos, o do ser e o dever ser? Aceitando, como uma fatalidade, o predomínio de uma classe dirigente? Dizendo que a democracia deve ser substituída pela demofilia, isto é, pelo governo das elites circulantes tendo em vista o bem do povo? A demofilia muitas vezes esconde a incompreensão deste fenômeno inevitável que é a participação cada vez maior do povo na vida do Estado, porque esta é a aspiração, a vontade permanente que anima todo ser humano. A teoria das classes governantes muitas vezes equivale à negação pura e simples do aperfeiçoamento do povo. Não aceito nem uma coisa, nem outra. Penso que o governo deve estar na mão da minoria, somente porque verifico a atual incapacidade do povo. Mas só por isso. Eis por que acho que incumbe à classe dirigente não só governar para o povo, como também criar condições reais para alargar a participação do povo no governo” (REALE, 1983, p. 45).

Tais reflexões demonstram a sintonia do pensamento de Reale com a linha ideológica de Salgado, visto ambos acreditarem que o povo não estava em condições de participar do processo político, devendo aceitar de forma as orientações e decisões do governo estabelecido.

O segundo ensaio desta obra, o estado demoliberal, aborda o modelo político-econômico do liberalismo, esta análise inicia pelo pensamento dos fisiocratas e dos manchesterianos, criticando ainda a visão jurídica liberal, pois

“Aqueles que mais necessitam da proteção do Estado nada podem esperar dele. A autoridade não desce até ao povo, procurando incessantemente o contato popular (Democracia integralista); mas fica parada, no alto, à espera que os

indivíduos por si mesmos se ergam, nas agruras da luta pela vida, e a conquistem e lhe imponham a sua vontade (Democracia liberal)...O Estado não é um criador de liberdade, porque o direito natural, que inspira o liberalismo, já as considera existentes em todos os indivíduos: a autoridade deve apenas cuidar da proteção...Mas como, em verdade, não é dado a todos usufruir da liberdade, o Estado perde a função ética de realizar autarquias, para ser a política das liberdades da minoria.” (REALE, 1983, p. 68-69).

Este segundo ensaio se encerra com a avaliação de Miguel Reale sobre o liberalismo e seu impacto sobre a realidade brasileira, responsabilizando-o pelo imobilismo político percebido no Brasil:

“Na rápida apreciação que acabo de fazer percebe-se como a história do liberalismo é um recuo contínuo, uma negação permanente de si mesmo. Juridicamente soberano, o Estado liberal viu roubada esta soberania pelos sindicatos obreiros e capitalistas. Abstencionista, foi obrigado a interferir na economia como empregado desta ou daquela parcela do povo. Representante da Nação, passou a representar forças antinacionais, fragmentando-se no domínio dos partidos.” (REALE, 1983, p. 89).

(...)

“O incêndio liberal encontrou em nossa terra, o material propício. Desde então, a nossa vida tem corrido sem finalidade, como se pesasse sobre nós a fatalidade de aceitar a vida como a vida vem. As Nações são como os indivíduos. Perdem-se quando um ideal não limita as suas energias, não coordena as suas forças múltiplas. Em quatrocentos anos, os brasileiros não conceberam um grande sonho, nem o sonho mau da conquista guerreira, nem o sonho de criar uma civilização nova na América....O demoliberalismo isolou os homens na Europa. No Brasil cortou o processo de nossa formação histórica nacional. O Nacionalismo liberal foi o maior erro de visão da nossa política.” (REALE, 1983, p. 92).

O terceiro ensaio do Estado Moderno, o fenômeno fascista, aborda inicialmente sobre suas fontes, utilizando-se do ponto de vista de Vicente Ráo⁴ que entendia o fascismo, o hitlerismo e o bolchevismo, como tendo as seguintes fontes comuns: o socialismo sindicalista, a doutrina do direito objetivo, e a teoria e a técnica moderna da violência. Em seguida, Reale analisa o nacionalismo, o socialismo e o solidarismo, comentando com admiração sobre a obra de Mussolini:

“Acabamos de analisar as fontes mais importantes da doutrina de Mussolini, ou melhor, acabamos de estudar as razões históricas e sociais do fenômeno fascista. Outras, tais como a teoria das elites dirigentes de Gaetano Mosca e Vilfredo Pareto, o realismo político e a corrente filosófica de Croce, Gentile,... etc., já foram apreciadas no primeiro ensaio deste livro. Fomos procurar, por assim dizer, as fórmulas já existentes em vários setores para solução do problema social. Bem pouco teriam valido elas se não tivesse surgido o arquiteto genial para as aplicar em uma síntese formidável, sondando as profundezas do meio, e calculando a resistência do material humano. Este homem foi Mussolini....O que Mussolini fez de mais extraordinário foi reatar a linha humanista rompida pelo naturalismo social, e conclamar a mocidade para viver intensa e heroicamente

a vida. O Duce representa, antes de mais nada, a afirmação do valor humano, do nosso poder de domínio e de conquista, sustentando o caráter ético das revoluções.” (REALE, 1983, p. 202).

O quarto ensaio, *Fundamentos do Estado Integral*, discute o conceito de estado, sobre economia dirigida, democracia integral, a evolução do sindicalismo, e finalmente sobre o Integralismo e o Brasil, demonstrando que o modelo político a ser implantado no país não poderia estar totalmente isolado das influências de correntes ideológicas já existentes em outros países, para logo em seguida afirmar que a revolução a ser implantada na sociedade brasileira, deveria atender às características próprias de nosso povo, afirmando que

“Só é duradoura a edificação política inspirada no espírito de sua época, e decorrente da adaptação de tendências universalmente dominantes às condições específicas do meio sociológico-histórico. O mundo assiste, hoje, ao triunfo de governos fortes capazes de congregar as energias das Nações para um objetivo, um ideal. Todo país toma posição para unir vozes novas e distintas à sintonia das vozes mundiais. Seria tolice querer forjar para o Brasil um sistema político inteiramente original, isolando-o das correntes universais que se empenham na reconstrução integral da estrutura da sociedade; seria o abandono das linhas essenciais da tradição política para uma aventura perigosa e inútil.” (REALE, 1983, p. 287).

(...)

“Mais alto que os problemas econômico-políticos, é o problema moral da nossa cultura. A Alemanha alimenta o sonho poderoso da Raça; a Itália, o sonho maravilhoso do Império; a Inglaterra estende o olhar pela vastidão dos mercados e das conquistas; a América do norte empenha-se na organização para dominar a Máquina; a Rússia se embeuça no sacrifício proletário; e a França já se agita para reafirmar os seus valores mais altos. E nós? O problema brasileiro tem uma incógnita: o Ideal. Temos vivido sem ele, na admiração passiva das magnificências da nossa natureza. Temos nos contentado com os sucedâneos das revoluções improvisadas. Se, alhures, grandes revoluções se fizeram sem programa inicial determinado, a nossa deve começar, ao contrário, revelando um rumo. A grandeza do Integralismo consiste em ter revivido o antigo ideal da Nação, conclamando os novos bandeirantes para a conquista da Terra e de nós mesmos. É o imperialismo dentro das fronteiras. A tensão espiritual que há de dar ao mundo um tipo novo de civilização, a civilização tropical, cheia de delicadeza e da espiritualidade cristã.” (REALE, 1983, p. 303).

A outra obra de Miguel Reale que analisamos para melhor compreender o discurso integralista é o *ABC do Integralismo*, que já na sua dedicatória demonstra sua sintonia com o pensamento de Plínio Salgado, e sua intenção de trazer a doutrina a um público menos erudito, “ao Chefe, que acordou o povo brasileiro do sonho do liberalismo, este livro escrito para o povo.” (REALE, 1983).

Essa intenção de tornar acessíveis os princípios do Integralismo às grandes massas, faz com que Reale torne sua escrita menos erudita que a outra obra analisada, e se

inicia por explicar como nascem os partidos, discutir os programas e o oportunismo partidário. Em seguida, trata da soberania popular e compara a figura do “coronel” ao de “grande intermediário entre a Capital que dirige e o interior que é dirigido”. Todas estas colocações são redigidas na obra de forma que ocorra uma fácil compreensão do público leitor, inclusive utilizando-se do recurso do uso de estórias para a fixação dos conceitos ideológicos:

“Certa vez, na Inglaterra, devia se travar uma disputadíssima eleição entre conservadores e liberais. Toda a propaganda havia girado em torno da questão do imposto sobre o trigo, e sobre outros problemas de fundamental importância para a economia britânica. Os jornais traziam polêmicas acaloradas que pareciam, à primeira vista, estar interessando a toda a população. Um lord compenetrado de seus deveres cívicos, procurou ler tudo o que havia sobre o assunto. Reuniu folhetos e livros, jornais e revistas e trancou-se em sua casa de campo. Na véspera da eleição, ainda o seu espírito andava possuído de dúvidas. Toda a noite ele passou em profundas meditações, consultando dados, relendo autores. Finalmente, pela madrugada, resolveu-se a tomar um partido, abraçando a causa dos liberais. Com a consciência tranquila pelo dever cumprido, mandou que atrelassem o coche a fim de seguir imediatamente para a cidade. Em caminho, pôs-se a conversar com o velho cocheiro da família que estava tresnoitado, com os gestos tardos, preguiçosos. E a conversa aos poucos foi desviando para a política.

Então, também você vai exercer o direito sagrado do voto? Sim, patrão.

E que fez toda esta noite?

Fui me divertir um pouco, patrão. Passei a noite com meus amigos, jogando e bebendo um pouco na taverna. Não pensei que ia entrar de serviço tão cedo, hoje que é feriado.

Ah! E você já escolheu o seu candidato.

Nem há dúvida, patrão! Vou votar com os conservadores. Toda a gente vai votar nos conservadores.

E é só por isso que você dá o seu voto?

Mas, eu voto porque querem que eu vote. De mais a mais, o candidato dos conservadores não deixa de ser um rapaz simpático, como...

Pois bem, meu amigo, interrompeu o lord. Nós estamos aqui fazendo papéis de bobos. Se você votar no conservador e eu, no liberal, os nossos votos se anularão. Para que, pois, tanto serviço e tanto aborrecimento? Vamos voltar para casa que é melhor.” (REALE, 1983, p. 75).

O *ABC do integralismo* segue discutindo a questão da opção pelas corporações ao invés dos partidos, considerando que o corporativismo pregado pelos integralistas é superior ao do fascismo, por não considerar apenas as corporações econômicas, mas também as sociais e as culturais, como as igrejas, o exército e sociedades ligadas às ciências e as artes. (REALE, 1983).

Concluindo, Miguel Reale enfatiza mais uma vez a necessidade de padrões de ordem, da moral e da elevação espiritual, serem associados aos modelos da política brasileira, criticando abertamente o comunismo, o materialismo e o liberalismo, que para o autor privilegiariam o econômico ao invés do humano ou dos

valores do espírito.

“Ser livre não é obter pão e terra mediante todos os processos, por todos os meios indignos. Essa é a liberdade do irracional que mata para comer, que morde para se apropriar....Sem concepção integral do homem não há conceito verdadeiro de liberdade....Dentro do materialismo não existe consciência moral não pode existir compreensão de liberdade. Eis porque o Integralismo se declara pelo espiritualismo, sem preferências de cultos e de crenças, mas exigindo de todos os seus adeptos a nota espiritualista. Movimento de cultura, de disciplina, de alevantamento espiritual e econômico, o integralismo já está virtualmente vitorioso, porque hoje é a única expressão criadora e orgânica da inteligência brasileira, a primeira corrente nacional em toda a nossa história política. Ninguém poderá impedir a nossa marcha, pois, como afirma o Chefe, marcham conosco a consciência da Raça e a honra da Nação.” (REALE, 1983, p. 98).

A análise destas quatro obras, evidencia a profunda sintonia do discurso integralista nos personagens Plínio Salgado e Miguel Reale, em pontos determinantes da doutrina ideológica, tais como a valorização do aspecto espiritual, da disciplina, da ordem, das associações e corporações, da autoridade e da propriedade.

Considerações Finais

Tais valores encontram bastante semelhança com os encontrados na ideologia conservadora, contudo destacamos que o Integralismo pode ser percebido como um conservadorismo moderno, por integrar novas linhas de pensamento presentes no século XX, como por exemplo, o fascismo ou a renovação espiritual, e também por constar dentro de seu ideário a proposta de uma revolução, que cria o paradoxo do discurso integralista: buscar mudanças e ao mesmo tempo pregar a permanência.

Notas

1. Devido a grande extensão de publicações destes autores, optamos pela escolha das seguintes obras – Plínio Salgado: Manifesto Integralista e Psicologia da revolução. – Miguel Reale: O estado moderno e ABC do integralismo.
2. Em nossa dissertação de Mestrado, em que fazemos um estudo de caso do núcleo integralista de Vassouras, discutimos sobre a importância para o integralismo, das lideranças locais em suas comunidades.
3. Vale destacar dentre esses fatos, a Grande Guerra na Europa em 1914, a revolução russa em 1917, a revolta constitucionalista em 1924 e a revolução de 1930 no Brasil.
4. Vicente Ráo foi um dos fundadores da Universidade de São Paulo, sendo também o responsável pela elaboração da Lei de Segurança Nacional, sancionada em abril de 1935.

Referências

ABREU, Alzira Alves de...[et al] (coord.) **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós-1930**. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC, 2001.

BURKE, Edmund. **Reflections on the Revolution in France**. Disponível em: <http://socserv2.mcmaster.ca/~econ/ugcm/3ll3/burke/revfrance.pdf>. Acesso: 17 ABR 2016.

_____. **Thoughts and Details on Scarcity**. Disponível em: <http://www.econlib.org/library/LFBooks/Burke/brkSWv4c4.html>. Acesso: 17 ABR 2016.

CARONE, Edgar. **A Segunda república. 1930-1937**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973.

FONTANA, Josep. **História: análise do passado e projeto social**. Bauru: Edusc, 1998.

LAGO, Carlos Renato Dias do. **Integralismo e poder local**. Camisas-verdes em Vassouras. 1932-1939. Universidade Severino Sombra, Vassouras. Dissertação de Mestrado, 2005.

NISBET, Robert. **O conservadorismo**. Lisboa: Editorial Estampa, 1987.

REALE, Miguel. **Obras políticas**. (1ª fase – 1931/1937). Brasília: Ed. UnB, 1983.

SALGADO, Plínio. **O integralismo na vida brasileira**. Rio de Janeiro: Livraria Clássica Brasileira, s/d.

_____. **Psicologia da revolução**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1933.